

RELATÓRIO:
2020



DEFENSORES
DO PLANETA



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM PERIGO NO RIO DE JANEIRO





Criado pelo Decreto Estadual, nº 44.342, de 22 de agosto de 2013. O Maciço do Gericinó/Mendanha foi declarado como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992.

Área: 4.398,10 hectares

PARQUE ESTADUAL DO MENDANHA

TEM COMO OBJETIVOS BÁSICOS

Assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam, em área densamente florestada, espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, e nascentes de inúmeros cursos de água contribuintes do Rio Guandu, que abastece de água os municípios do Rio de Janeiro e da região do Grande Rio, incluindo ainda a recuperação das áreas degradadas ali existentes.

A existência deste parque propicia que o terceiro maciço rochoso da região metropolitana esteja sob regime de proteção integral, formando com o Parque Estadual da Pedra Branca e o Parque Nacional da Tijuca um mosaico de unidades de conservação.

Problemas:

- Acúmulo de lixo em detrimento de visitas desordenadas e sem a devida fiscalização.
- Caça de animais silvestres e coleta de espécies da flora.
- Ausência de sinalização ecológica.
- Ausência de Conselho Gestor.
- Ausência de sede.
- Ausência de Guarda-Parque.
- Ausência de fiscalização que acarreta na maioria dos danos acometidos à Unidade de Conservação.
- Especulação imobiliária e queimadas.
- Ocorrência de inúmeras espécies invasoras que suprimem a vegetação nativa.

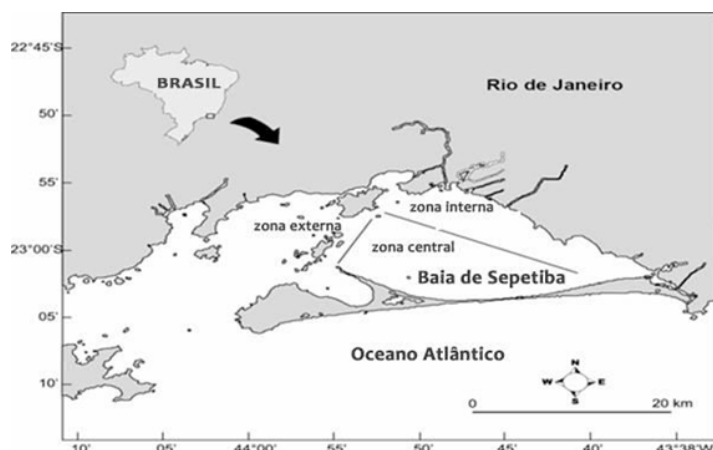
Criada pelo Decreto Estadual nº 36.812, de 28 de dezembro de 2004, com 172 hectares, em parte do bairro de Sepetiba, no município do Rio de Janeiro.

APA DA ORLA DA BAÍA DE SEPETIBA

Esta APA corresponde a uma extensa faixa litorânea que se inicia em Barra de Guaratiba e se prolonga até o Rio Itaguaí, no limite entre os Municípios do Rio de Janeiro e de Itaguaí. Abrange toda restinga da Marambaia, a reserva Biológica de Guaratiba e a Área de Proteção Ambiental das Brisas, localizadas em Guaratiba.

A APA da Orla da Baía de Sepetiba não possui sede própria, funcionando provisoriamente na sede da APA Guandu - Rodovia BR-465, km 7 - Campus da UFRJ (Prédio da Prefeitura Universitária) - Seropédica - RJ.

A Baía de Sepetiba tem aproximadamente 305 km², algo equivalente a $\frac{3}{4}$ da Baía da Guanabara. Suas águas salobras e salgadas são delimitadas por diferentes formações geológicas: a Serra do Mar ao Norte, a Baixada Fluminense a Nordeste, o Maciço da Pedra Branca a Sudeste e a Restinga de Marambaia ao Sul, abrangendo um total de 12 municípios fluminenses. As águas protegidas e tranquilas da Baía de Sepetiba foram, ao longo de milhares de anos, uma espécie de refúgio para a vida marinha, especialmente para os botos-cinza: esta Baía costumava abrigar a maior concentração de indivíduos da espécie de todo o mundo.



A intensa poluição das águas da Baía de Sepetiba está, literalmente, dizimando a população local de botos-cinza e mostrando ao mundo a triste sina de mais uma das baías do Estado do Rio de Janeiro. Além dos botos, as populações de um sem número de espécies marinhas como peixes e crustáceos estão se reduzindo e desaparecendo. Espécies que eram muitos comuns nas águas da Baía de Sepetiba como cavalas, sororocas, cações, camarões e mariscos, estão ficando cada vez mais raras – a diversidade de espécies nestas águas está cada vez menor. Os cerca de oito mil pescadores registrados na Associação dos Pescadores Artesanais, que vivem e/ou trabalham na região, penam cada vez mais para retirar seu sustento das águas – muitos deles acabaram transformando seus antigos barcos de pesca em embarcações adaptadas para o transporte de turistas: a belíssima paisagem do entorno ainda permite alguns ganhos.

Uma parte importante dos problemas ambientais da Baía de Sepetiba está ligada ao despejo de grandes volumes de esgotos domésticos in natura. O famoso e poluído Rio Guandu, responsável pelo fornecimento de 80% da água consumida pela cidade do Rio de Janeiro, tem sua foz na Baía de Sepetiba. Calcula-se que a bacia hidrográfica do Rio Guandu receba aproximadamente 4 bilhões de litros de esgotos todos os dias, a maior parte despejada sem qualquer tipo de tratamento por cidades da Baixada Fluminense, sendo que uma grande parte destes poluentes acaba carregada até as águas da Baía. Outras cidades da região do entorno também dão sua contribuição e despejam seus próprios esgotos em córregos e rios com deságue na Baía de Sepetiba.

Zona de Sacrifício

Áreas em que se observa a superposição de empreendimentos e instalações responsáveis pela produção de graves danos e riscos ambientais. Convivência de áreas fortemente urbanizadas (algumas industriais) com áreas naturais de grande riqueza (mangues, Mata Atlântica).

Pescadores e pescado convivem com mais de 400 indústrias, portos, siderúrgicas e com o crescimento da população, que geram poluição por efluentes industriais, esgoto doméstico e contaminação por metais pesados.

O esgoto doméstico, porém, não é a única fonte de problemas – existem mais de 450 instalações potencialmente poluidoras na região de entorno, incluindo indústrias, portos, siderúrgicas, aterros sanitários, entre outras, que geram diariamente grandes volumes de esgotos industriais com altos níveis de contaminação por metais pesados como cádmio, zinco e chumbo. Estimativas de pesquisadores da UFF – Universidade Federal Fluminense, indicam que existem concentrações de até 8 mg/kg de cádmio nas águas da Baía de Sepetiba – em condições naturais, esta concentração não passaria de 0,2 mg/kg; outro grave problema são os níveis de zinco, estimados em valores entre quatrocentas e oitocentas vezes acima do nível máximo recomendado por organizações ambientais internacionais.

A Defensores do Planeta alerta para o fato de que a Baía de Sepetiba reflete os principais traços característicos do modelo de desenvolvimento atual que impõe aos territórios um destino que subordina toda a região aos fluxos globais de capitais, matéria (recursos naturais) e energia (fundamental no processo produtivo). Resultado: polui o meio ambiente e adoce a população. Não olhamos para a Baía de Sepetiba como um fim em si mesmo... mas como uma forma para entender o Brasil. Ela não é diferente das várias lutas travadas diariamente pelo Brasil em que populações atingidas enfrentam a imposição pelo Estado e por grandes capitalistas (investidores) em nome do desenvolvimento e que para isso viola direitos, hipoteca territórios e inviabiliza alternativas de futuro.

APA DAS BRISAS



Foi regulamentada a Área de Proteção Ambiental das Brisas, criada pela Lei nº 1.918, em 5 de outubro de 1992. Com uma área de 101,6 hectares.

Destaca-se no litoral da Baía de Sepetiba por sua paisagem e pelo valor ecológico, histórico e arqueológico que representa. Vista do alto da costa, a área aparenta ser um pequeno oásis em meio à região ocupada. Dentro dos seus limites situam-se a antiga sede da Fazenda Caieira, além de vestígios da existência de sambaquis.

A maior parte da área, de domínio público, permanece praticamente desocupada. Sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, encontram-se edificações residenciais, distribuídas ao longo das vias limítrofes da Área compreendida pela rua Damolândia, na praia da Brisa, no bairro de Guaratiba até a rua Maestro Deozílio, no bairro de Pedra de Guaratiba, na Zona Oeste do Município que é delimitado pela estrada do Piaí e prolongando-se pela baía de Sepetiba.

Problemas:

- Acúmulo de lixo em detrimento de visitas desordenadas e sem a devida fiscalização.
- Caça de animais silvestres e coleta de espécies da flora.
- Ausência de sinalização ecológica.
- Ausência de Conselho Gestor.
- Ausência de sede.
- Ausência de fiscalização que acarreta na maioria dos danos acometidos à Unidade de Conservação.
- Especulação imobiliária e queimadas.
- Ocorrência de inúmeras espécies invasoras que suprimem a vegetação nativa.
- Gestora da APA acumula a gestão de duas Unidades de Conservação
- Não possui Plano de Manejo

FLORESTA DO CAMBOATÁ

ONG Defensores do Planeta inicia campanha internacional contra destruição da Floresta do Camboatá na zona oeste do Rio de Janeiro.



Situada na zona oeste do Rio de Janeiro a floresta do Camboatá possui 200 mil árvores que são resquício da mata atlântica, e que abriga uma rica diversidade biológica, incluindo espécies ameaçadas de extinção.

O fragmento florestal da floresta do Camboatá é raro remanescente do tipo de vegetação que recobria grande parte da planície do Rio de Janeiro, algumas espécies madeireiras de grande interesse econômicos eram abundantes, entre elas o jacarandá-caviúna (*Dalbergia nigra*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), a garapa (*Apuleia leiocarpa*) e a canela tapinhoã (*Mezilaurus navalium*).

Não somos contra a construção de um autódromo em nossa cidade, mas temos absoluta convicção – embasada no conjunto de percepções de moradores locais e no conhecimento de diversos profissionais qualificados – de que não faz sentido destruir uma floresta para se construir um autódromo.

Os alegados benefícios sociais, econômicos e urbanísticos deste empreendimento não serão em nada afetados com a transferência do projeto para um pedaço do Campo do Gericinó, vizinho à Floresta do Camboatá, também de propriedade da União e ocupado pelo Exército.

Por que não destinar menos de 8% da área do Gericinó para o autódromo, ao invés de ocupar 100% da área do Camboatá e destruir uma floresta com mais de 200 mil árvores, abrigo de espécies de plantas e animais ameaçadas de extinção? Como os governantes insistem em querer destruir a floresta, a justiça os obrigou a elaborar um ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA), do qual resulta um RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA).

O EIA-RIMA do autódromo ficou pronto e foi apresentado à sociedade no dia 18 de março, às 19 horas, em audiência pública na quadra do Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Bombeiros, na Avenida Brasil, em Guadalupe. Nós analisamos em detalhes todos os documentos e dados apresentados no estudo e resumimos aqui as principais falhas e questionamentos que encontramos. Quem quiser conhecer o parecer completo e detalhado que preparamos, faça contato conosco, por meio das nossas redes sociais.

O EIA-RIMA foi elaborado de maneira apressada. O conjunto de impactos sociais, econômicos e ambientais de um equipamento complexo como um autódromo não poderia ser analisado em tão pouco tempo. Em menos de quatro meses eles coletaram e analisaram todas as informações que julgaram necessárias. Essa pressa certamente levou a vários dos erros e incoerências que encontramos no estudo. Aliás, é bom que se saiba que a empresa de consultoria contratada para fazer o EIA-RIMA começou os trabalhos dois meses antes do Instituto Estadual do Ambiente (órgão do governo do estado responsável por analisar o estudo e dar ou não a licença ambiental) publicar as instruções sobre como o estudo deveria ser feito. É como se alguém começasse a construir uma casa sem ter visto primeiro a planta no papel.

Dados do levantamento florístico preliminar realizado pela equipe do Jardim Botânico do Rio de Janeiro destacam 125 espécies, dentre as quais 77 árvores, 18 arbustos/arvoretas, 12 ervas/epífitas e 18 trepadeiras

Dada a relevância da rica biodiversidade, além da importância para o microclima da região que já sofre com o aumento das temperaturas, temos diversos rios que passam dentro da floresta do Camboatá, somos contra construção do autódromo nesta área de mata atlântica.

De tal forma, a ONG Defensores do Planeta, que tem 20 anos de luta em defesa socioambiental da Zona Oeste, que é parte do Movimento SOS Floresta do Camboatá, sendo também a única ONG do território a possuir assento nos encontros da ONU, vem denunciando em vários países este retrocesso por parte da prefeitura do Rio de Janeiro, iniciamos uma campanha internacional “Crivella, não destrua floresta de Deodoro, crie o parque municipal de Deodoro” com apoio dos nossos ativistas realizamos protestos em várias cidades do mundo, inclusive ganhamos o apoio da atriz e apresentadora Maria Paula.

“Em tempo de mudanças climáticas, desmatar uma floresta para construir um autódromo é uma ideia absurda, a cidade do Rio de Janeiro se comprometeu com metas de reflorestamento na conferência mundial sobre mudanças climáticas (COP21) e temos um prefeito que é parte do grupo C 40 de prefeitos climáticos, porém não está fazendo jus a esta cadeira, em defender a destruição da mata atlântica, um patrimônio mundial da humanidade declarado pela UNESCO, cito ainda o retrocesso pois a cidade está construindo seu plano municipal de desenvolvimento sustentável, baseando na agenda 2030 da ONU”. Afirma Mauro Pereira, biólogo e diretor da Defensores do Planeta.

A preservação das unidades de conservação são importantes para o cumprimento e a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 das Nações Unidas ONU entres estes objetivos citamos os ODS 02, 03,06, 11, 13 , 14, 15 e 17.

ANEXO:



Parque Estadual do Mendanha





APA DA ORLA DA BAÍA DE SEPETIBA



DEFENSORES
DO PLANETA





APA DAS BRISAS



DEFENSORES
DO PLANETA



REALIZAÇÃO:

MAURO PEREIRA

GABRIEL GUIMARÃES

FOTOS:

ELISÂNGELA GASPAR

GABRIEL SILVA GUIMARÃES

FONTES:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA)
- ONU MEIO AMBIENTE
- SOS FLORESTA DO CAMBOATÁ
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO



COMO CITAR:

PEREIRA, M.; GUIMARÃES, G. S. RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM PERIGO NO RIO DE JANEIRO. DEFENSORES DO PLANETA: RIO DE JANEIRO, 2020.

WWW.DEFENSORESDOPLANETA.ORG.BR



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**DEFENSORES
DO PLANETA**

CONTATO:

CONTATO@DEFENSORESDOPLANETA.ORG.BR